



## OS ANTECEDENTES PRÓXIMOS DA ESCOLA DE BRAGA

J. PINHARANDA GOMES<sup>1</sup>

**D**ar o nome de «Bracarenses» à Escola de Braga, seria de meu particular, ainda que subjectivo, agrado.

O nome, substantivo ou adjectivo, identifica, de um modo geral, todas as pessoas, coisas, lugares e instituições relativas a Braga e também à sua esfera de influência, principalmente nas ordens cultural e religiosa, no histórico e vasto contexto da Arquidiocese Bracarense, cujos limites são hoje em dia muito menores do que os primitivos, em virtude da reformulação das circunscrições diocesanas a norte do Rio Douro. No entanto, se considerarmos, por analogia, os predicados nominativos e qualificativos dos termos Conimbricenses e Eborenses, podemos licitamente, embora sujeitando o termo a análise para evitar equívocidade ou homonímias, afirmar que o nome Bracarenses cabe, na história da Filosofia, por direito adquirido, aos pensadores, professores e alunos da Companhia de Jesus, organizados em Braga, em Colégio ou Escola de Filosofia.

Um nome identificativo como este vincula-se, sem ulterior necessidade probatória à topologia, e o recurso a esta para identificar uma corporação é antigo. Dominicanos, Franciscanos, Jesuítas, Agostinianos, são nomes não referenciados a lugares, mas já idêntico juízo se não aplica aos Carmelitas, e, no plano das Ordens Religiosas-Militares, às Ordens de Aviz, S. Julião do Pereiro, Hospitalários, Templários... – todavia, a Companhia de Jesus, na nomenclatura identificativa de algumas das suas obras, ou residências, não deixou de sublinhar o lugar e, já tarde, nos finais do séculos XIX, o Colégio de Setúbal era identificado na forma do genitivo, como «Collegii Cetobri-

---

<sup>1</sup> Da Academia Portuguesa da História.



censis». Quanto a Braga, nos meados do século XVI, a Companhia fundou o Colégio de S. Paulo, que não ganhou o adjectivo bracarense, porquanto, na época, a matriz da recorrência era o original conimbricense. Também a nova Escola se projectou para estar em «continuidade moral» com os Conimbricenses<sup>1</sup>, e, quando foi oportuno facultar ao público uma ideia em espécie da Escola de Braga, o título de Curso Bracarense foi utilizado e tornou-se usual, ao modo de como outrora se utilizara o designativo Conimbricense, forma nominativa, extraída do genitivo latino *Conimbricensis*. Entre Braga e Coimbra existe a natureza do modelo conimbricense, como obra colegial, em unicidade de doutrina, com reserva dos nomes dos autores dos Compêndios. Por isso, no entender de alguns, a forma Conimbricenses é de modo especial, antes de mais, predicável dos livros dos Comentários do Colégio das Artes, pelo que tal predicado não cabe rigorosamente, por exemplo, a Pedro da Fonseca, salvo por ampliação, ou antonomásia, quando, sob a cúpula de Conimbricenses se colocaram, a par dos livros, os sucessivos professores<sup>3</sup>.

Ora, quem, juiz de fora, pretenda estabelecer um excuroso acerca dos Bracarenses, deve ter presente, em toda a sua crueza, o tópico ou máxima do senso comum segundo a qual mais sabe o ignorante de sua casa do que o curioso de casa alheia. Quem, de fora, deseje abordar o lado de dentro, arrisca-se às consequências do verbo *atrever-se*, (sinónimo de *procacitas*, ousadia). A ousadia é bonificada se, e quando, o ousador, tiver obtido algum acervo de informação que, do interior, chegue ao exterior. Mesmo assim não irá para além da condição de leigo. É o caso.

A Escola Bracarense surge ainda no âmbito da Neo-Escolástica, em que, apesar da prevalência das recomendações pontifícias quanto ao Tomismo, outros institutos reavivaram ou renovaram as suas tradições, as quais não é justo minorar, se bem que, no tema em apreço, – Tradição, e Renovação da Escola de Braga, – a esta se conceda mais ampla abordagem.<sup>4</sup>

Tendo-nos sido atribuído o tema dos Antecedentes, gostaríamos de tentar tanto quanto possível breve viagem entre 1879, data da encíclica *Aeterni Patris*, e 1947, ano da instituição canónica da Pontifícia Faculdade de Filo-

<sup>2</sup> *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia*, R.P.F., Tomo XI, II, Braga, 1955, Introdução.

<sup>3</sup> F. Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta*. Porto, 1917, p. 274; Cf. P. Gomes, *Os Conimbricenses*, Lx.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> ed. 2005, p. 13.

<sup>4</sup> Cf. P. Gomes, A Renovação Escolástica, *Itinerarium*, Ano XXXIX, n.º 145, 1993, pp. 3-32; Idem, A Renascença Católica e a Renovação Escolástica, *História do Pensamento Filosófico Português* (Dir.: Pedro Calafate), vol. IV/1, Lx.<sup>a</sup> 2004, pp. 435-576.

sofia de Braga. Viagem esta a efectuar, entrosando a história da Companhia com a história do Curso Filosófico, pois não é possível considerar uma coisa sem a outra. No entanto, acerca da *Aeterni Patris*, por ela passaremos em abreviado vôo, a favor dos antecedentes mais próximos.

Os antecedentes próximos, mas ainda distantes, compreendem a ocultação e a diáspora. Ocultação é o acto pelo qual um sujeito deixa de estar presente, estando ausente. A ocultação da Companhia de Jesus de Portugal envolve necessariamente a ocultação do que entendemos constituir o pomo de ouro da tradição jesuítica: a Filosofia conimbricense. Professando a convicção de que a Filosofia, tanto como *donum scientiae*, como *donum sapientiae*, é intocável e ilesa da circunstância, no caso concreto da herança conimbricense convenhamos que a sua ocultação decorre de causas exógenas – de cariz político e social, o que gerou uma prolongada crise, vivida na esperança de uma lucerna ou de uma mensagem magistral, que veio a ser, enfim, a encíclica *Aeterni Patris* (4.8.1879), considerada a coroa de ouro, entre muitos outros documentos canónicos, da época leonina.

A *Aeterni Patris* teve rápida divulgação em Portugal, aparecendo logo em tradução portuguesa<sup>5</sup>. Ela propõe-se constituir o ensino das Ciências e da Filosofia nas Escolas segundo as normas da fé católica, sendo S. Tomás de Aquino e a doutrina tomista apontados como os luzeiros e paradigmas do magistério e da sistematização das Ciências à luz da fé, pelo que se repõe o Tomismo escolástico, e se indica como primeiro referencial para a exegese crítica das filosofias modernas. Glosando célebre título de S. Boaventura, é como se o objectivo fosse a redução das Ciências à Filosofia tomista. Proclamando S. Tomás de Aquino (Doutor Angélico, Doutor Comum...) como padroeiro das escolas católicas (Decreto de 4.8.1880), a doutrina leonina inaugura o ciclo oficial da Neo-Escolástica, pondo a tónica no Neo-Tomismo, embora a Neo-Escolástica viesse a ser um termo mais extenso do que o Tomismo renovado, a que, em Macau, o Padre Francisco Xavier Rondina, se antecipou com os dois tomos do *Compêndio de Filosofia* (1869-1870).

O movimento ocorreu nos centros escolares de maior importância e a recepção portuguesa foi positiva, quer em Braga, com a obra de Martins Capela, quer em Coimbra, com o ensino no Seminário e a revista *Instituições*

---

<sup>5</sup> Jornal *A Crença Religiosa*. Ano I, Lx.<sup>a</sup>, 1879, n.os 32 a 46; *O Progresso Catholico*, Guimarães, Ano I, n.º 21, (31.8.1879), logo comentada pelo Conde de Samodães, um dos principais escritores leigos católicos desse tempo.